

LÍNGUA, REPRESENTAÇÃO, PRÁTICA CULTURAL: UM PROBLEMA DE FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

ÁLVARO L. A. PINA

Professor Catedrático
Departamento de Estudos Anglísticos
Faculdade de Letras
Universidade de Lisboa

Quero felicitar as e os colegas da Faculdade de Letras do Porto pela organização deste Encontro e por terem reconhecido que o ensino das línguas vivas não é só um problema das universidades, mas de todo o ensino superior. Há nas Escolas Superiores de Educação, e em vários Institutos superiores, trabalhos, experiências e reflexões que merecem atenção. Além disso, a nova representação do Encontro permite aos universitários falarem do que fazem nas Universidades sem a distorção de um elitismo que pressupõe e implica a exclusão académica das e dos colegas e estudantes de todas as outras escolas superiores. É neste ambiente de igualdade e diferença que podemos reflectir seriamente sobre os problemas culturais do ensino das línguas vivas, e deste modo contribuir também para a indagação cultural do passo, já previsível, que os Institutos Politécnicos darão um dia — a transformação em universidades, desejavelmente sem os constrangimentos, limites e limitações das estabelecidas e com perfis e formatos que ajudem a renovar aquelas em que trabalhamos.

Os problemas mais importantes do ensino das línguas vivas nas universidades e nas escolas e institutos superiores do nosso país são, na primeira linha das configurações curriculares como na última instância das perspectivas de formação, problemas culturais — problemas relativos ao lugar, ao papel e ao estatuto das línguas vivas no currículo, por um lado, e aos significados sociais de legitimação de ensiná-las e aprendê-las, por outro. Podemos e devemos analisar e debater as questões metódicas e estratégicas do trabalho lectivo; podemos e devemos estudar e discutir as condições e os objectivos das aulas e dos programas; precisamos de conhecer os pressupostos e os resultados dos processos de ensino. Mas estes temas e linhas de acção silenciam o quadro, tomado por natural e «naturalmente» aceite, da estrutura institucional das licenciaturas em Línguas e Literaturas Modernas; e como sempre acontece quando se silencia o quadro em que se trabalha, o quadro inviabiliza as soluções que não enquadra, derrota os esforços de renovação e confirma e perpetua as impossibilidades com que o trabalho se defronta. Ou apreendemos os problemas de fundo e fazemos falar o quadro em que trabalhamos, ou o quadro fala por nós, que o mesmo é dizer, reduz ao silêncio as nossas vozes e ao fracasso os nossos esforços.

Proponho-me fazer falar o quadro institucional, a moldura do nosso trabalho. As molduras não são extrínsecas às representações; são, em vez disso, princípios de organização e selecção de perspectivas e interpretações, e por isso mesmo códigos de instruções daquilo que efectivamente

confinam e contêm. Vou, por isso, (i) problematizar o consensual da instituição universitária, (ii) interrogar uma estrutura de valores que nela prevalece e (iii) enunciar o que a instituição não diz porque entende que «não é preciso dizê-lo».

(i)

É consensual na instituição que uma carreira docente universitária se verifica e comprova nas promoções académicas instituídas, as quais verificam e comprovam percursos legitimados nos (dentro dos) limites disciplinares. A promoção académica é tutelada pela figura e pelo discurso do especialista, inscritos na instituição pelos pressupostos e veredictos de professores e de júris.

Isto exige e implica uma concepção do saber universitário segundo a qual o conhecimento que um licenciando, um mestrando, um doutorando, e bem assim um professor auxiliar ou associado, perseguem é já conhecido por quem na hierarquia verifica e comprova esse conhecimento. Por isso, a investigação depende sempre e absolutamente do ensino — o que se investiga já é conhecido pelo docente que orienta ou avalia a investigação.

Uma instituição regida por tal lógica é incapaz de promover a investigação e de formar quadros social e culturalmente relevantes. Só sabe formar quadros que reproduzam a sua lógica. A instituição só tornará relevantes e formadores os seus cursos de graduação e pós-graduação e os seus percursos de progressão na carreira se transformar os seus discentes e os seus docentes em investigadores que renovam os conteúdos, os métodos e as práticas de ensino, transformando-se ela própria num centro dinâmico de investigação e reorganizando as relações entre esta e o ensino.

Os docentes das línguas vivas estão fora desta lógica institucional, porque não há carreira estatuída para eles. Sendo negativo, em termos profissionais, que leitoras e leitores se vejam excluídos da carreira docente universitária, é porém positivo, em termos culturais, que não estejam submetidos a uma especialização orientada exclusivamente para as promoções tuteladas pela hierarquia de especialistas da instituição.

O ensino das línguas vivas está fora da lógica institucional, e assim escapa à tutela dos especialistas instalados nos postos de determinação e exercício dessa lógica. Por isso, o ensino das línguas vivas é hoje na universidade uma sede possível e um foco necessário de criatividade cultural: nele confluem saberes e experiências, temas e problemáticas, que permitem a estudantes e docentes inscrever nas disciplinas a hermenêutica da vida quotidiana e protagonizar a crítica desta e daquelas — se souberem organizar culturalmente as aulas de línguas como projectos de formação libertos dos limites institucionais da especialização disciplinar.

(ii)

Prevalece na instituição uma estrutura de valores fundada na autonomia do especialista. O especialista trabalha nos (dentro dos) limites de uma disciplina, demarcando a sua especialidade das especialidades dos outros especialistas aos quais se encontra associado na instituição. Em consequência, o diálogo institucional é substituído por um monólogo — o monólogo do especialista de uma especialidade que pressupõe e preenche o silêncio dos especialistas de outras especialidades. A acumulação de saberes especializados nos (dentro dos) limites das disciplinas não dinamiza, pois de facto impede, o diálogo institucional: não enriquece, antes empobrece, a circulação cultural dentro da instituição.

Daqui resultam perfis e formatos de ensino em que as licenciaturas e as pós-graduações determinam percursos curriculares que acumulam saberes das disciplinas sem os unificar e as disciplinas reproduzem conhecimentos sem criar novos conhecimentos. Nos (dentro dos) limites

destes perfis e formatos, a investigação — que pressupõe colaborações e diálogos entre (por sobre os limites das) disciplinas — não é mais do que um prolongamento do ensino, uma repetição do ensino, sob a tutela de quem ensina.

As línguas vivas escapam a estes perfis e formatos, pois a instituição não consegue constrangê-las a uma especialização disciplinar. Nas línguas vivas, dia a dia activadas pelos seus falantes, convivem, nas suas dimensões humana, social e cultural, as diferenciadas experiências de vida e os múltiplos saberes relevantes para a qualidade de vida dos que as falam. Nesse convívio, que para muitos é muitas vezes precário no dia-a-dia, reside a possibilidade cultural de formação universitária das aulas de línguas vivas, pois que é nestas incontornável o diálogo entre (por sobre os limites das) disciplinas e iniludível a realidade subjectiva que protagoniza esse diálogo — iniludível a presença do falante que fala e falando representa a sua experiência e representa-se a enunciá-la com e para outros.

A estrutura de valores prevalecente na instituição, fundada na autonomia das disciplinas e dos especialistas, é de hierarquia e autoridade. Se a hierarquia institucional não dinamiza possibilidades e perspectivas de diálogo e circulação cultural dirigindo equipas de investigação, e não comprova a sua autoridade pela dinamização de programas de investigação que renovem e actualizem o ensino por sobre as fronteiras disciplinares, então a autoridade é apenas disciplinadora, a hierarquia é apenas autoritária e a instituição não é mais do que a sede de um policiamento disciplinar.

A instituição, com a sua lógica e a sua estrutura de valores, não consegue anular a criatividade cultural das línguas vivas e do seu ensino, mas dispõe de meios para atenuá-la e neutralizá-la, e de facto contamina o ensino das línguas vivas e disciplina docentes e estudantes. Em primeiro lugar, desvalorizando o estatuto cultural e o significado académico das línguas vivas no currículo: as línguas vivas valem menos do que as literaturas que delas vivem, as linguísticas que as colonizam, e as histórias da cultura que as ignoram. Em segundo lugar, submetendo o ensino das línguas vivas ao controlo da coordenação pedagógica e ao policiamento da linguística.

Desvalorizando as línguas vivas, a instituição impede a investigação da sua realidade cultural e da sua dinâmica formadora. Não há mestrados nem doutoramentos em línguas vivas. Há-os em literatura, há-os em linguística, há-os em cultura, há-os em ensino da língua — mas não na língua. Do mesmo modo, as/os estudantes de línguas vivas nas universidades não aprendem as línguas vivas como campos de investigação: as línguas vivas aprendem-se, como se fossem mortas, mas não se investigam, porque não lhes é reconhecida realidade universitária, substância académica, dignidade disciplinar.

A coordenação pedagógica, não sendo exercida por ensinantes de línguas vivas — não há doutoras nem doutores em português, inglês, francês ou alemão, as línguas canónicas da instituição —, sujeita as línguas e o seu ensino a pedagogias de outras disciplinas e especialidades: a coordenação não é das línguas, mas dos leitores. Instituiu-se a ficção de que a linguística é capaz de institucionalizar as línguas e o seu ensino — e esta narrativa disciplinar, como todas as narrativas, inscreve o seu discurso no pretense silêncio cultural das próprias línguas e só consegue narrar-se sobre o silêncio das próprias línguas vivas. Reduzindo-as ao silêncio, coloniza-as; sujeitando-as ao seu discurso, policia-as. Nega-as como sedes e focos de criatividade cultural para fazer delas objectos disciplináveis.

(iii)

Só se evita que uma instituição se transforme em sede de uma hierarquia disciplinar disciplinadora na sua autoridade se o trabalho dessa instituição for deslocado para as (re-sedeado nas) fronteiras dos saberes organizados pelos perfis e formatos da especialização disciplinar. Só

as transições entre disciplinas são capazes de criar e articular novos saberes, pois só aí se reafirmam o ensino e a criatividade do diálogo — o diálogo cultural capaz de renovar a instituição expondo a esterilidade dos monólogos como estratégia educativa e denunciando o silêncio como simples estratégia de silenciamento necessária ao exercício da autoridade disciplinadora.

Só é possível explorar as fronteiras dos saberes para articular e criar novos saberes deixando para trás — ultrapassando — o paradigma disciplinar vigente. Os discursos enunciados dentro dos limites disciplinares são sempre policiados pelas disciplinas e pelos seus especialistas. É segundo uma lógica interdisciplinar, mas sobretudo transdisciplinar, trabalhando por conseguinte em campos e não dentro dos limites de disciplinas, que se renova, actualiza e torna relevante e formadora uma escola.

As línguas vivas são hoje, nas nossas universidades, campos importantes de formação, porque não sujeitos na sua prática cultural à tripartição disciplinar entre a literatura, a linguística e aquilo a que a instituição chama cultura. É nas aulas de línguas vivas que nos nossos cursos vive, ainda que envencilhado, mesmo que clandestino, o presente cultural da contemporaneidade, questionando pela sua presença o modelo curricular da formação universitária canónica.

Ao passo que nas disciplinas as/os estudantes são convidadas/os (quando não forçadas/os) a adoptar, a fazer seus, os discursos de autores e/ou docentes, e por conseguinte a aceitar a formação, o processo de conformação disciplinar para um grau académico, como o caminho ao longo do qual elas e eles aprendem a deixar-se representar pelos autores e docentes que lhes facultam a «tradição humanista», nas aulas de línguas as e os estudantes são convidadas/os (quando não forçadas/os) a falar por si, a representar-se no tecido e no horizonte social da cultura que dá vida e realidade à língua — a representar-se por si próprias/os através da comunidade social da cultura que é a língua viva. Por outras palavras: ao passo que nas disciplinas as e os estudantes são representadas/os pela grande narrativa da tradição liberal autodesignada humanista, a grande narrativa que as e os formata como figurantes de um grande enredo tradicionalmente legitimado, nas aulas de línguas as e os estudantes representam-se a si próprias/os por meio das pequenas narrativas em que se exercitam como sujeitos na participação cultural do presente, as pequenas narrativas que são a sua primeira exploração de uma língua viva como uma prática cultural.

As aulas de línguas vivas, apesar do quadro institucional e da moldura que as condicionam, dão-nos hoje o exemplo e a medida de como é possível deixar para trás o obsoleto paradigma disciplinar ainda vigente. Porque nelas convergem saberes e experiências diversificados que a língua viva unifica culturalmente, e porque elas motivam o exercício subjectivo da cultura no diálogo que promove a comunidade do eu e do nós. Nelas se inscrevem, incontornáveis, os modos e os temas culturais da contemporaneidade que o paradigma disciplinar ainda vigente escamoteia ou oblitera.

A contemporaneidade identifica-se por três campos de estudos que renovaram os formatos da investigação e do ensino nas áreas das chamadas humanidades e ciências sociais e reorganizaram os perfis da formação superior: os Estudos Culturais, os Estudos de Comunicação e os Estudos Pós-coloniais. Os Estudos Culturais criticaram a oposição tradicional entre cultura e sociedade e entre elites e massas, trazendo a primeiro plano a relação de sociedade e cultura em termos de participação cultural como protagonização cultural; os Estudos de Comunicação colocaram a produção e recepção de signos verbais e visuais como objecto integrado do conhecimento e da prática sociais e culturais; os Estudos Pós-coloniais, com um conceito novo das relações entre a produção artística e a produção teórica, puseram em evidência e submeteram

à crítica núcleos de significados e estruturas de valores da cultura ocidental e inscreveram essa crítica nas próprias línguas canônicas da dominação da cultura ocidental. São estes os campos que podem dar às aulas de línguas vivas de todo o ensino superior o seu novo modo cultural, desenvolvendo muitas práticas docentes e discentes, lectivas e criativas, já em curso.

Os Estudos Culturais — representando e potenciando a aula como processo cultural participado —, os Estudos de Comunicação — abrindo as aulas de línguas vivas à produção e recepção de uma pluralidade de signos visuais e verbais — e os Estudos Pós-coloniais — revelando nas línguas vivas europeias os códigos da dominação colonial e oferecendo-nos essas mesmas línguas como veículos da crítica e da libertação — confluem no ensino e na aprendizagem das línguas vivas com três importantes contributos: (i) demonstram que o presente da experiência é o presente da cultura na história, (ii) revelam a investigação como necessidade do ensino e (iii) viabilizam pós-graduações nas línguas vivas e matrizes eficazes de coordenação científica e pedagógica das línguas vivas e do ensino das línguas vivas.

O mesmo é dizer, bem vistas as coisas, que colocam as línguas vivas como línguas vivas no foco da formação superior em geral e universitária em particular. Também poderia dizer, evocando outras narrativas, que de um lugar e um papel no projecto da modernidade, as línguas vivas estão em vias de assumir funções e agenciamentos nos projectos da pós-modernidade. Mas essa é outra história, para outros encontros.

Muito obrigado pela vossa atenção.

